ESTUDO DE METODOLOGIAS DE ASSESSORIA TÉCNICA NO PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL[1]

PORTO, Ananda Monteiro (1); FIM, Minieli (2); SANTO, Amabeli Dell

(1) Ifes – Campus Colatina, anandamporto@gmail.com

(2) Ifes – Campus Colatina, minieli.fim@ifes.edu.br

(3) Ifes – Campus Colatina, amabeli.dellsanto@ifes.edu.br

RESUMO

Derivado de um Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, este artigo analisa metodologias de Assessorias Técnicas (ATs) como alternativa às políticas públicas habitacionais baseadas na construção em massa e na expansão periférica das cidades. Inseridas em contextos de engajamento político e articuladas com movimentos sociais, as ATs buscam promover a autonomia dos usuários, o pensamento crítico e o fortalecimento da sociedade civil na luta pelo direito à moradia e à cidade. Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, fundamentado em revisão documental de três experiências consolidadas de ATs aplicadas à Habitação de Interesse Social (HIS): USINA – CTAH, Arquitetura na Periferia e Taramela ATAC. A análise foi conduzida por meio da Matriz FOFA, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças das metodologias utilizadas. Os resultados evidenciam o potencial das ATs para ampliar a autonomia dos participantes e gerar soluções mais adequadas às suas necessidades, fortalecendo vínculos comunitários e a participação cidadã. Conclui-se que a difusão dessas metodologias pode contribuir para políticas habitacionais mais eficazes, justas e transformadoras.

Palavras-chave: habitação de interesse social; assessoria técnica; participação do usuário; ATHIS.

ABSTRACT

Derived from an undergraduate thesis in Architecture and Urbanism, this article examines methodologies of Technical Advisory Services (TAS) as an alternative to public housing policies centered on mass construction and urban peripheral expansion. Rooted in contexts of political engagement and aligned with social movements, TAS initiatives seek to promote user autonomy, critical thinking, and the empowerment of civil society in the struggle for the right to housing and the right to the city. This theoretical-reflective study is based on a documentary review of three consolidated TAS experiences in Social Interest Housing (SIH): USINA – CTAH, Arquitetura na Periferia, and Taramela ATAC. The analysis employed a SWOT Matrix (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats) to evaluate the methodologies applied. Findings demonstrate TAS's potential to enhance participant autonomy, generate context-sensitive solutions, and strengthen community ties and civic participation. The study concludes that disseminating these methodologies can contribute to more effective, equitable, and transformative housing policies.

---

1 PORTO, Ananda Monteiro; FIM, Minieli; SANTO, Amábeli Dell. Estudo de metodologias de assessoria técnica no projeto de habitação de interesse social no Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 9., 2025, São Paulo. Anais... São Paulo: FAUUSP, 2025. p. 1-8. DOI 10.46421/sbqp.v9i.7618

***Keywords**: social interest housing; technical advisory services; user participation; ATHIS.*

1 INTRODUÇÃO

O déficit habitacional é um problema estrutural no Brasil. As políticas públicas implementadas historicamente têm privilegiado a construção em massa de projetos padronizados e o espraiamento da malha urbana. Como consequência, surgem moradias inadequadas às necessidades dos usuários, implantadas em áreas periféricas, carentes de infraestrutura e serviços, acentuando a vulnerabilidade socioeconômica das famílias atendidas. Em oposição a essa lógica, as Assessorias Técnicas (ATs) em Arquitetura e Urbanismo atuam em parceria com movimentos sociais, promovendo o protagonismo dos futuros moradores desde a concepção do projeto até a execução da obra. Tais experiências demonstram a viabilidade de uma produção habitacional mais aderente às demandas reais das famílias, ao mesmo tempo em que fortalecem a cidadania e o direito à cidade. Este artigo, de natureza teórico-reflexiva, baseia-se em revisão documental de experiências consolidadas de assessoria técnica na produção de Habitação de Interesse Social (HIS). Foram selecionadas três experiências com base nos critérios: a) estabelecimento de parceria entre arquitetos e movimentos sociais; e b) financiamento por políticas públicas. São elas: USINA-CTAH (Mutirão Paulo Freire, São Paulo), Arquitetura na Periferia (Ocupação Dandara, Belo Horizonte) e Taramela ATAC (Ocupação Carlos Marighella, Fortaleza). A análise comparativa foi conduzida com auxílio da Matriz FOFA, instrumento que permite identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças das metodologias utilizadas, visando discutir a viabilidade de modelos alternativos de produção habitacional no Brasil.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS: UMA TRAJETÓRIA DE EXCLUSÃO

Durante a formação dos centros urbanos brasileiros, o Estado praticamente se ausentou do desenvolvimento de políticas habitacionais. A atuação desses governos se limitou à implementação de códigos com viés higienista, por medo de propagação de epidemias, e incentivos à produção privada de moradias, voltadas para o mercado de aluguéis (Rubin; Bolfe, 2014). Para alguns trabalhadores formais – minoria à época, existia a possibilidade de morar nas vilas operárias. Entretanto, esses empreendimentos, construídos pelo setor industrial para que os trabalhadores residissem próximo às fábricas, respondiam mais à necessidade dos patrões de manter o controle sobre seus funcionários, do que oferecer uma habitação de qualidade para seus empregados (Bonduki, 2011).

Durante a Era Vargas (1930-1945), o Estado passou a atuar diretamente no setor habitacional por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), criando programas para trabalhadores formais, e excluindo a população mais vulnerável. Entretanto, como aponta Azevedo (1988), a política da casa própria servia à tentativa de legitimação do autoritarismo do Estado. Paralelamente, a Lei do Inquilinato (1942) congelou o valor dos aluguéis (Bonduki, 2011), levando o setor privado a abandonar a produção de moradias. O resultado foi a escassez de habitações, altos aluguéis e despejos, transferindo ao trabalhador, a responsabilidade pela construção da própria moradia (Rubin; Bolfe, 2014).

Já em 1964, poucos meses após o golpe militar (1964-1985), foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH). O objetivo declarado do novo órgão era que as classes de baixa renda tivessem acesso à casa própria mediante construção ou compra (Bolaffi, 1982). Entretanto, as moradias produzidas pelo período se caracterizaram pela construção em massa de unidades padronizadas e instaladas em regiões periféricas, distantes de infraestrutura e equipamentos, que pudessem

assegurar a qualidade de vida dos atendidos pelo programa (Marguti, 2018). Soma-se ainda, a baixa qualidade construtiva e espacial, alheia às necessidades dos futuros moradores.

Dessa forma, acredita-se que a intenção principal do regime não era o bem-estar dos cidadãos brasileiros. O governo militar desejava, naquele primeiro momento, o apaziguamento e aceitação do regime ditatorial pela massa popular, e ainda, o aquecimento da construção civil, e emprego para os trabalhadores, que seriam absorvidos pelo setor (Villaça, 1986). Estava implícito ainda, que o cidadão que tivesse moradia e, portanto, endereço fixo, seria automaticamente "aliado da ordem" (Azevedo, 1988, p.109), pois estaria menos propenso a participar de situações consideradas baderna pelo regime.

Entre 1975 e 1986, o Banco Nacional de Habitação implementou os chamados Programas Alternativos, como o Projeto João de Barro, que institucionalizaram a autoconstrução (Ferreira, 2020), à época já consolidada na sociedade brasileira. Em um primeiro momento, a inclusão do trabalhador no processo de construção de sua moradia, podia parecer um avanço na conquista de autonomia por parte dos beneficiários desses programas. Entretanto, na prática, todos os recursos eram alocados ao mercado privado, enquanto os moradores atuavam como mão de obra gratuita, sem participação nas tomadas de decisões em relação aos projetos (Ferreira, 2020).

Ao final do BNH, em 1986, seguido de sua absorção pela Caixa Econômica Federal (CEF), o total de habitações financiadas pelo banco foi de quase 4,5 milhões, sendo apenas 33,5% delas para atender as camadas de menor renda (Azevedo, 1988). Após a extinção do BNH, e até meados dos anos 1990, as políticas públicas no setor de habitação ficaram a cargo de municípios e estados, pois não havia um programa nacional que direcionasse as ações nesse tema (Marguti, 2018).

A redemocratização trouxe inovações importantes, especialmente no âmbito municipal. O FUNACOM (Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal), implementado em São Paulo durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), incorporou pela primeira vez o mutirão autogerido como política pública, destinando 7% do orçamento para assessoria técnica, conforme detalha Santo Amore (2004). Este modelo demonstrou a viabilidade de processos participativos em escala, mas foi descontinuado nas gestões seguintes.

Foi só em 2003, com a criação do Ministério das Cidades pelo governo Lula (2003-2011), que a pauta habitacional voltou a ser unificada e passou a abranger outros setores como saneamento básico, transporte urbano e o planejamento do território (Zapelini; Lima; Guedes, 2018). Em 2004, foi implementado o Programa Crédito Solidário, primeira política habitacional do Governo Lula (Mineiro; Rodrigues, 2012). Concebido como um programa de financiamento, os recursos poderiam ser utilizados por famílias de baixa renda, organizadas em cooperativas, associações e sindicatos, que se tornavam responsáveis pelo empreendimento no regime de autogestão (Ferreira, 2012). A aprovação desse programa representou um avanço no reconhecimento do modelo autogestionário, centrado na autonomia dos mobilizados, como agentes capazes de produzir habitação.

Apesar disso, a política pública mais expressiva atualmente no setor habitacional, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) (2009-presente) apresenta contradições significativas. Apesar de ter produzido milhões de unidades, manteve a lógica da padronização e da periferização. A modalidade "Entidades", criada após pressão dos movimentos sociais, abriu espaço para a autogestão, mas com recursos

limitados e exigências burocráticas que dificultam sua implementação plena (Ferreira, 2020).

Considerando o exposto a respeito dos planos habitacionais, instituídos na história da habitação brasileira, é possível perceber, que os motivos que levaram à adoção de medidas de subsídio e construção de moradias foram políticos e econômicos. Econômicos, quando se fez necessário o crescimento das indústrias relacionadas à construção civil e a diminuição dos índices de desemprego, e, políticos, quando o governo vigente necessitava do apoio popular, ou impor controle sobre a população. Dessa forma, as necessidades dos moradores não foram consideradas pela maioria dos programas institucionais, no que diz respeito às características do abrigo, ou do local de implantação de sua residência. Ainda que, alguns programas, como Crédito Solidário e Minha Casa Minha Vida – Entidades, tenham sido implementados com foco no processo autogestionário, os recursos destinados a essas iniciativas é minoritário em relação aos fundos empregados ao PMCMV, executados por construtoras. E ainda, os movimentos populares precisam se adaptar às exigências projetuais e burocráticas, exigidas pelos órgãos governamentais, e criados com a lógica voltada para o mercado imobiliário.

3 METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS EM AÇÃO

A análise comparativa das três assessorias técnicas selecionadas revela tanto particularidades quanto convergências importantes no que diz respeito às metodologias participativas. A USINA-CTAH, com atuação desde 1990, desenvolveu uma abordagem profundamente vinculada aos movimentos sociais de moradia. Seu trabalho no Mutirão Paulo Freire, em São Paulo, envolveu 100 famílias em um processo autogestionário que durou mais de uma década (1999-2010) - entre mobilização, exercício projetual e construção - e enfrentou diversas interrupções por mudanças políticas (Usina CTAH e mutirantes, 2016).

A metodologia da USINA, detalhada em sua publicação "Entre o projeto e o canteiro" (Vilaça; Constante, 2016), estruturou-se em quatro rodadas principais de discussão. A primeira, chamada "Memórias do Morar", incentivava os participantes a resgatarem experiências positivas e negativas de moradias anteriores. A segunda focava nas relações entre usos e espaços, enquanto a terceira trabalhava com layouts em escala 1:10 usando plantas e mobiliário em papel. A quarta etapa discutia a volumetria dos prédios e espaços coletivos com auxílio de maquetes físicas.

Ao final do processo, o trabalho conjunto entre os moradores e a assessoria produziu quatro tipologias de apartamentos, contra uma única do modelo PMCMV. Além disso, a presença numerosa de mulheres, que desempenharam papel em todas as etapas – desde o canteiro de obras até as atividades financeiras, foram essenciais para debates de gênero. Somou-se a isso, o estabelecimento da horizontalidade nas relações entre todos os participantes do processo, para que os conhecimentos tanto técnicos, quanto populares, fossem compartilhados sem hierarquias. Esse cenário foi essencial para a criação de laços entre os mutirantes, e se revelou uma construção importante para a fase seguinte, de estabelecimento de regras de convivência no condomínio.

O Arquitetura na Periferia, iniciativa surgida em Belo Horizonte a partir da pesquisa de Carina Guedes de Mendonça (Mendonça, 2014), diferencia-se pelo foco específico no público feminino. Um recorte relevante, visto que, em 2022, 62,6% dos responsáveis por domicílios em situação de déficit habitacional, eram mulheres (Fundação João Pinheiro, 2024).

Na Ocupação Dandara, três mulheres participaram de um processo que incluiu o levantamento técnico de suas moradias, oficinas de capacitação em técnicas construtivas, ministradas por uma pedreira, e por fim, a melhoria habitacional de suas casas. O método se baseou no trabalho desenvolvido pelo arquiteto argentino Rodolfo Livingston, e na adaptação dele, pela arquiteta Priscila Silva Nogueira, em sua dissertação de mestrado Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: A experiência dos Arquitetos da Família, de 2010 (Mendonça, 2014).

Nessa experiência, as participantes foram orientadas a realizar os desenhos de suas moradias a partir de medições feitas por elas mesmas. Com o tempo, as mulheres passaram a se sentir mais familiarizadas com a "ferramenta projeto", redesenhando e dando sugestões projetuais nas casas umas das outras, com menos estranheza do que no início do processo (Mendonça, 2014). Essa abordagem possibilita que a moradora expresse suas demandas, enquanto dissolve uma lacuna simbólica entre "detentores dos conhecimentos" e "leigos". Ao final do processo, as mulheres produziram melhorias físicas nas suas residências, a saber, instalações hidrossanitárias e elétricas, reboco das paredes e instalação de pisos cerâmicos. Além disso, a experiência teve um impacto positivo na autoestima das mulheres, na medida em que conseguem solucionar problemáticas de suas moradias.

A Taramela ATAC, coletivo cearense fundado em 2016, desenvolveu uma série de oficinas na Ocupação Carlos Marighella em Fortaleza, com financiamento do CAU-CE (Barretto et al., 2023). A proposta submetida ao edital incluía oficinas de formação objetivando debater temas complexos, como áreas de proteção e preservação ambientais, plano diretor e políticas habitacionais, para que os moradores tivessem acesso às informações necessárias para a tomada de decisões em processos relacionados à comunidade (Barretto et al., 2023).

A abordagem da Assessoria se destacou, entre outros, pela inclusão de atividades para crianças, como o "cortejo musical" e pinturas corporais com temas ambientais. A participação dessa faixa etária é um diferencial, pois reconhece esse público como indivíduos, dotados de necessidades e demandas, e que precisam ser considerados durante o desenvolvimento de políticas habitacionais e urbanas – o que, geralmente, não acontece.

A inclusão das oficinas de formação, utilizando ferramentas lúdicas como quebra-cabeças de mapas, foram bem recebidas também pelos moradores adultos da ocupação. A cada oficina realizada, os moradores se mostravam participativos e engajados, tanto nas atividades, quanto nos debates que eram originados (Barretto et al., 2023).

4 ANÁLISE COMPARATIVA: POTENCIALIDAES E DESAFIOS

A aplicação da matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) às três experiências analisadas revela padrões importantes, sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese variáveis Matriz FOFA identificadas nas metodologias de AT

FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
- Promoção da autonomia dos usuários.	- Crescente reconhecimento da importância da participação comunitária.	- Dependência de financiamentos instáveis.	- Instabilidade política.

- Qualidade espacial superior aos padrões de construção em massa.	- Existência de legislação favorável.	- Duração de processos participativos.	- Resistência de setores institucionais a modelos participativos.
- Fortalecimento dos laços comunitários.	- Potencial de articulação com universidades através de atividades de extensão.		- Disputa com o mercado imobiliário por terrenos bem localizados.

Fonte: As autoras

Como forças comuns, destacam-se: a promoção da autonomia dos usuários, que passam a compreender e intervir ativamente no processo projetual; a qualidade espacial superior, com soluções customizadas que superam os padrões repetitivos; e o fortalecimento dos laços comunitários, essencial para a manutenção dos empreendimentos.

As oportunidades identificadas incluem: o crescente reconhecimento da importância da participação comunitária, refletido em editais como os do CAU-CE; a existência de um marco legal favorável como a Lei 11.888/2008 (Brasil, 2008); e o potencial de articulação com universidades através de atividades de extensão. Contudo, estas potencialidades esbarram em desafios significativos.

Entre as fraquezas, a dependência de financiamentos instáveis aparece como principal obstáculo. As assessorias estudadas se mantêm através de editais, doações ou recursos próprios, sem garantia de continuidade. O tempo prolongado dos processos participativos, embora essencial para sua qualidade, entra em conflito com prazos curtos de financiamentos e a urgência das demandas habitacionais.

As ameaças externas são igualmente relevantes: a instabilidade política, que pode interromper processos em andamento; a resistência de setores institucionais, como secretarias municipais, responsáveis por planos de habitação e regularização fundiária, a modelos participativos; e a pressão do mercado imobiliário por terrenos bem localizados.

Estas três experiências, apesar de suas diferenças contextuais, compartilham princípios metodológicos fundamentais: (1) a participação genuína dos moradores em todas as etapas; (2) o uso de ferramentas adaptadas às realidades locais; (3) a combinação entre conhecimento técnico e saberes populares; e (4) o fortalecimento da organização comunitária como estratégia de sustentação a longo prazo.

5 CONCLUSÕES

As experiências analisadas demonstram a viabilidade técnica e social das metodologias participativas na produção de habitação de interesse social. Os resultados arquitetônicos e urbanísticos superam qualitativamente os padrões convencionais em diversos aspectos: maior adequação às necessidades dos usuários, diversidade tipológica, integração de espaços comunitários e melhor localização urbana.

Contudo, para que este potencial se realize em escala, são necessárias transformações profundas em dimensões interligadas. Na esfera das políticas públicas, é urgente a implementação efetiva da Lei 11.888/2008, com alocação

orçamentária específica e mecanismos ágeis de repasse. A criação de linhas de financiamento estáveis para assessorias técnicas, desvinculadas de oscilações político-partidárias, é igualmente essencial.

Além disso, o Estado precisa estar disposto a executar os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) para garantir terras, em regiões dotadas de infraestrutura, para a implantação de domicílios. Estes, por sua vez, projetados pelas assessorias técnicas, em parceria com os movimentos sociais e as famílias atendidas.

Por fim, no âmbito metodológico, é fundamental desenvolver sistemas de avaliação e monitoramento que documentem os impactos reais destas experiências. A criação de redes de intercâmbio entre assessorias técnicas, como a própria USINA vem fazendo através de publicações, pode acelerar o processo de aprendizagem coletiva.

O desafio que se coloca é transformar estas experiências pontuais em política de Estado, garantindo que o direito à moradia digna e à cidade seja acessível a todos os cidadãos brasileiros, não como favor, mas como conquista coletiva. Como demonstram os casos estudados, quando os usuários são tratados como sujeitos e não como objetos do processo, os resultados transcendem a esfera física, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107 a 119, 1988. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/9391. Acesso em: 07 abr. 2024.

BARRETTO, V.S.; GUIMARÃES, C. J. T.; SILVA, J. M. T. L. da; RABELO, C. D. N.; R., S.V.; FIGUEIREDO, J.P. S.; SANTIAGO, J. R. de L. **Caderno de Projetos da Ocupação Carlos Marighella – produto 3**. Fortaleza, 2023. Disponível em: https://www.cauce.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/PRODUTO-03-Caderno-de-Projetos-da-Ocupacao-Carlos-Marighella-112023_compressed.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024

BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema. *In*: MARICATO, Erminia (org). **A Produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 37-70. Disponível em: https://erminiamaricato.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/03/a-produccca7acc83o-capitalista-da-casa-e-da-cidade-no-brasil-industrial.pdf. Acesso em: 07 abr. 2024.

BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 6. ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2011.

BRASIL. Lei n. 11888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei n° 11.124, de 16 de junho de 2005. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 24 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 04 jun. 2024.

_____. Estatuto da Cidade - Lei n. 10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 04 jun. 2024.

FERREIRA, M. B. Autoconstrução e autogestão habitacional no Brasil: um estudo comparativo em dois períodos: 1975-1986 e 2004-2018. **Journal of Urban Technology and Sustainability**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 51–64, 2020. DOI: 10.47842/juts.v3i1.18. Disponível em: https://journaluts.emnuvens.com.br/journaluts/article/view/18. Acesso em: 4 set. 2024.

FERREIRA, R. F. C. F. A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula: produção e agentes. *In* LAGO, Luciana Corrêa do (org). **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora: Observatório das Metrópoles, 2012. p.139-185. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/autogestao_brasil2013.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional PnadC 2022**. Belo Horizonte: FJP, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1wwzDzhQUxuhA5mXNLGM20cZIBqM2en6t/view. Acesso em: 07 jun. 2024.

MARGUTI, B. O. Políticas de habitação. *In*: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Bruno (orgs). **A nova agenda urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8628. Acesso em 06 abr. 2024.

MENDONÇA, C. G. de. **Arquitetura na Periferia**: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Ufmg, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9NMHJ4. Acesso em: 14 out. 2024.

MINEIRO, E.; RODRIGUES, E. Do crédito solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. *In* LAGO, Luciana Corrêa do (org). **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora: Observatório das Metrópoles, 2012. p.19-48. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/autogestao_brasil2013.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

RUBIN, G. R.; BOLFE, A. S. The development of social housing in Brazil. **Ciência e Natura**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 201–213, 2014. DOI: 10.5902/2179460X11637. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/11637. Acesso em: 15 abr. 2024.

SANTO AMORE, C. **Lupa e telescópio**: o mutirão em foco – São Paulo, anos 90 e atualidade. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-09112017-095119/publico/caiosantoamore.pdf. Acesso em: 26 set. 2024

Usina CTAH e mutirantes. Mutirão Paulo Freire: Movimento popular, arquitetura e pedagogia da práxis. *In*: VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (Orgs.) **Usina**: entre o canteiro e desenho. São Paulo: Edições Aurora, 2016. p. 106-136. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/LivroGrupoUsina.pdf. Acesso em: 07 out. 2024

VILAÇA, Í.; CONSTANTE, P. (Orgs.) **Usina**: entre o canteiro e desenho. São Paulo: Edições Aurora, 2016. 380 p. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/LivroGrupoUsina.pdf. Acesso em: 07 out. 2024

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Global Editora, 1986. Disponível em: https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-federal-de-santa-catarina/teoria-urbana-2/villaca-o-que-todo-cidadao-precisa-saber-sobre-habitacao/72201171f. Acesso em: 16 abr. 2024.

ZAPELINI, M. B; LIMA, J. G; GUEDES, M. C. (2018). Evolução da Política Habitacional no Brasil (1967 – 2014): Uma Análise de Equilíbrio Pontuado. **Revista Interdisciplinar De Gestão Social**, Salvador 6(3). Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24304. Acesso em 05 abr. 2024.